

**MUNICÍPIO
DE
PAREDES DE COURA**



ATA N.º 26/2020 – 22 DE DEZEMBRO DE 2020

DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

(MANDATO DE 2017/2021)

(Contém 11 páginas)

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente: Vítor Paulo Gomes Pereira
Vereador: Tiago Manuel Pereira da Cunha
Vereadora: Maria José Brito Lopes Moreira
Vereador: Vítor Manuel Rosas da Silva
Vereador: Sérgio de Sousa Caselhos



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Ata n.º 26/2020 da reunião ordinária realizada no dia 22 de dezembro de 2020 iniciada às 10h30m e concluída às 13h00.

SUMÁRIO

PÁGINAS

ABERTURA	3
PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO	3
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.....	3
PERÍODO DA ORDEM DO DIA.....	3
APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR	3
BALANCETE	3
SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E FINANCIAMENTOS.....	4
RELATÓRIO DE NÃO ADJUDICAÇÃO DA BIOLOGICAL COURA - REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA CRIAÇÃO DE OFICINA DE BIO-NEGÓCIOS – 48/20_E	4
DELIBERAÇÕES DIVERSAS	5
ATRIBUIÇÃO DE VALES DE COMPRAS	5
TARIFÁRIO DOS SERVIÇOS RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARA 2021	7
ISENÇÃO DE TAXAS DE OCUPAÇÃO DE TERRADO DA FEIRA ATÉ FINAL DO ANO DE 2020	9
CEDÊNCIA DE SALA DO CENTRO CULTURAL DE PAREDES DE COURA	9
SPORTING CLUBE COURENSE	9
PROTOCOLO COM A ACADEMIA DE MÚSICA	10
REDUÇÃO DE TAXAS DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO.....	10
COURA (RE)NATURAL	11
PROTOCOLO COM A COOPECOURA - PENSA	11
APOIO À NATALIDADE – 4º TRIMESTRE DE 2020	13
APROVAÇÃO DA MINUTA DESTA ATA	13
ENCERRAMENTO	14



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

ABERTURA

No dia vinte e dois do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, no edifício dos Paços do Concelho e sala de sessões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal sob a presidência de Vítor Paulo Gomes Pereira, estando presentes os vereadores: Tiago Manuel Pereira da Cunha, Maria José Brito Lopes Moreira, Vítor Manuel Rosas da Silva e Sérgio de Sousa Caselhos.-----

A reunião foi secretariada por Ana Clara Ribeiro de Carvalho, técnica superior do Serviço Administrativo e Financeiro do Município.-----

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver quorum para funcionamento do executivo, o presidente declarou aberta a sessão.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

Não houve intervenções.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Não houve assuntos.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

PONTO 01: Aprovação da proposta de ata n.º 25/2020, da reunião ordinária de 09-12-2020 oportunamente distribuída e dispensada de leitura.-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata n.º 25/2020, da reunião ordinária de 09-12-2020.-----

O vereador Sérgio Caselhos não votou por não ter estado presente na reunião a que a ata respeita.-----

BALANCETE

PONTO 02: A Câmara Municipal tomou conhecimento do balancete de Tesouraria, relativo ao dia 18-12-2020, que acusava os seguintes saldos:-----

CX/BC	Fundos Maneio	Saldo	
	Presidência:	650,00 €	seiscentos e cinquenta euros
	Vice-Presidência:	200,00 €	duzentos euros
	Vereadora RPTI:	200,00 €	duzentos euros
	Vereador RPMT:	100,00 €	cem euros
	DAF	200,00 €	duzentos euros
	DECAS	400,00 €	quatrocentos euros
	DOSM	400,00 €	quatrocentos euros
	DUA	0,00 €	
Em cofre na Tesouraria:		7 098,61	Sete mil noventa e oito euros e sessenta e um centimos
Depósitos			
Em cofre na Tesouraria:		3 758,93€	Três mil setecentos e cinquenta e oito euros e noventa e três centimos
Depósitos			
Conta n.º 0035/00000038430 (CGD)		477 465,02	quatrocentos e setenta e sete mil quatrocentos e sessenta e € cinco euros e dois centimos
Conta n.º 0035/00001129320 (CGD)		19 951,92€	dezanove mil novecentos e cinquenta e um euros e noventa e dois centimos
Conta n.º 0035/00001129730 (CGD)		47 189,43€	quarenta e sete mil cento e oitenta e nove euros e quarenta e três centimos
Conta n.º 0018/00032084298020 (BST)		6 975,17€	seis mil novecentos e setenta e cinco euros e dezassete centimos
Conta n.º 0018/10533024020 - (BST)		900,18€	novecientos euros e dezoito centimos



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Conta n.º 0018/14401376020 - (BST)	1 643,81€	mil seiscentos e quarenta e três euros e oitenta e um cêntimos
Conta n.º 0018/14497465020 - (BST)	35 910,28€	trinta e cinco mil novecentos e dez euros e vinte e oito cêntimos
Conta n.º 0018/14 824 607 001 - (BST)	193 932,57€	cento e noventa e três mil novecentos e trinta e dois euros e cinquenta e sete cêntimos
Conta n.º 0018/14824607312 - (BST)	€	
Conta n.º 0018/15 094725020 - (BST)	4 681,88€	quatro mil seiscentos e oitenta e um euros e oitenta e oito cêntimos
Conta n.º 0018/15 889736020 - (BST)	23 168,96€	vinte e três mil cento e sessenta e oito euros e noventa e seis cêntimos
Conta n.º 0018/17568171020 - (BST)	3 269,69€	três mil duzentos e sessenta e nove euros e sessenta e nove cêntimos
Conta n.º 0018/17996034020 - (BST)	595,23€	quinhentos e noventa e cinco euros e vinte e três cêntimos
Conta n.º 0018/24966582020 - (BST)	38,65€	trinta e oito euros e sessenta e cinco cêntimos
Conta n.º 0018/32379778020 - (BST)	4,22€	quatro euros e vinte e dois cêntimos
Conta n.º 0079/00490503810 - (BIC)	998,93€	novcentos e noventa e oito euros e noventa e três cêntimos
Conta n.º 0079/00490503820 - (BIC)	€	
Conta n.º 0033/00 56 436 347 - (BCP)	3 656,14€	três mil seiscentos e cinquenta e seis euros e catorze cêntimos
Conta n.º 54700062007 - (NOVO BANCO)	5 961,08€	cinco mil novecentos e sessenta e um euros e oito cêntimos
Conta n.º 54700868009 - (NOVO BANCO)	7 870,79€	sete mil oitocentos e setenta euros e setenta e nove cêntimos
Conta n.º 0045/40024534053 (CCAM)	186 915,80€	cento e oitenta e seis mil novecentos e quinze euros e oitenta cêntimos
Conta n.º 0045/4028562054 (CCAM)	1 557 378,84€	um milhão quinhentos e cinquenta e sete mil trezentos e setenta e oito euros e oitenta e quatro cêntimos
Conta n.º 0045/40285634511 (CCAM)	477 771,78€	quatrocentos e setenta e sete mil setecentos e setenta e um euros e setenta e oito cêntimos
Conta n.º 0010/3654235001001 (BPI)	5 561,15€	cinco mil quinhentos e sessenta e um euros e quinze cêntimos
Conta n.º 0019/20000383 (BBVA)	21 994,07€	vinte e um mil novecentos e noventa e quatro euros e sete cêntimos

SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E FINANCIAMENTOS

RELATÓRIO DE NÃO ADJUDICAÇÃO DA BIOLOGICALL COURA - REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA CRIAÇÃO DE OFICINA DE BIO-NEGÓCIOS – 48/20_E

Ponto 03: Apreciação, discussão e votação da proposta de não adjudicação do concurso público de empreitada “BIOLOGICALL COURA – Reabilitação de edifício para criação de oficina de Bio-negócios – 48/20_E” que a seguir se transcreve. -----

Relatório Final de Não Adjudicação-----

(de acordo com o art.º 148.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação).-----

Designação do júri do procedimento:

Deliberação da Câmara de 10-11-2020

Presidente – Ana Margarida de Barros Rebelo

1.º Vogal – Sofia Lages de Carvalho

2.º Vogal – Mariana Lopes da Cunha

Data da reunião: 21 de dezembro de 2020

Abertura de propostas: 11 de dezembro de 2020

Preço base: 189.438,23 €

Relatório final elaborado em cumprimento do disposto no artigo 148.º do CCP, ao qual se encontram anexos os documentos nele mencionados. -----

De acordo com o disposto no n.º 1 do art.º 147.º do CCP, o júri do procedimento procedeu à audiência prévia escrita dos concorrentes, fixando um prazo de 5 (cinco) dias úteis. Para o efeito, todos os concorrentes foram notificados do relatório preliminar, no dia 11-12-2020. -----

Não foram apresentadas pronúncias por parte dos concorrentes em sede de audiência prévia. -----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Com fundamento no supra exposto e nos factos constantes do relatório preliminar, elaborado em 06-08-2020, não havendo motivo para a exclusão de outras propostas e para a alteração do teor e das conclusões do referido relatório, o júri delibera, por unanimidade, propor ao órgão competente para a decisão de contratar a manutenção do teor e das conclusões do relatório preliminar, nomeadamente:-----

1. A exclusão da proposta do concorrente a seguir identificado, por se verificar algum dos motivos de exclusão previstos nos artigos 70.º, n.º 2 e 146.º, n.ºs 2 e 3, ambos do CCP:-----
 - a) Rematelaborado, Lda., pelo motive previsto na alínea d), n.º 2 do art.º 146.º do CCP; -----
 - b) LUSIMAPA, Lda., pelo motive previsto na alínea d), n.º 2 do art.º 146.º do CCP; -----
 - c) Modolarav, Lda., pelo motive previsto na alínea d), n.º 2 do art.º 146.º do CCP. -----
2. A não adjudicação e consequente extinção do presente procedimento, por via do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 79.º do CCP. -----
3. Que seja declarada a revogação da decisão de contratar, de acordo com o n.º 1 do art.º 80.º do CCP. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta do júri de não adjudicação do concurso público de empreitada “BIOLOGICALL COURA – Reabilitação de edifício para criação de oficina de Bio-negócios – 48/20_E”, pelos motivos invocados, no relatório final designadamente:-----

1. A exclusão da proposta do concorrente a seguir identificado, por se verificar algum dos motivos de exclusão previstos nos artigos 70.º, n.º 2 e 146.º, n.ºs 2 e 3, ambos do CCP:-----

Rematelaborado, Lda., pelo motive previsto na alínea d), n.º 2 do art.º 146.º do CCP; -----

LUSIMAPA, Lda., pelo motive previsto na alínea d), n.º 2 do art.º 146.º do CCP; -----

Modolarav, Lda., pelo motive previsto na alínea d), n.º 2 do art.º 146.º do CCP. -----
- 2 A não adjudicação e consequente extinção do presente procedimento, por via do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 79.º do CCP. -----
- 3 Que seja declarada a revogação da decisão de contratar, de acordo com o n.º 1 do art.º 80.º do CCP.

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

ATRIBUIÇÃO DE VALES DE COMPRAS

Ponto 04: Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de vales de compras aos colaboradores das instituições particulares de solidariedade social, do Centro de Saúde de Paredes de Coura, dos Bombeiros Voluntários e das forças de segurança que desempenham a atividade no concelho de Paredes de Coura, conforme proposta que a seguir se transcreve:-----

Considerando:-----

- a) Que, nos termos do previsto no artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constituem atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, dispondo o Município de atribuições, designadamente, ao nível da saúde, ação social e promoção do desenvolvimento; -----
- b) Que, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes; -----
- c) Que, nos termos da alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal;-----
- d) A emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial de Saúde, no dia 30 de janeiro de 2020, bem como a classificação, no dia 11 de março de 2020, da doença COVID-19



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

- como uma pandemia, e bem assim a situação epidemiológica da COVID-19 em Portugal ao longo do ano de 2020; -----
- e) Que, durante o surto epidemiológico que ainda vivemos, no concelho de Paredes de Coura, as instituições particulares de solidariedade social, o Centro de Saúde, os Bombeiros Voluntários e as forças de segurança foram incansáveis no desenvolvimento das respetivas atividades, executando um trabalho de elevado mérito na defesa dos interesses dos Courenses e em circunstância extremamente adversas e nunca antes vividas; -----
- f)- Que o desenvolvimento do referido trabalho, no concelho, só foi possível porque prestam atividade naquelas entidades profissionais e voluntários capazes, empenhados, resilientes e preocupados com a defesa da causa pública e do bem-estar comunitário; -----
- g) Que os referidos profissionais e voluntários estiveram afincadamente na linha da frente no combate à pandemia no concelho; -----
- h) Que, face ao referido trabalho, é intenção do Município apoiar as referidas entidades, através da atribuição de um apoio que as mesmas possam fazer chegar aos seus colaboradores de forma a premiá-los pelo trabalho desenvolvido em prol de todos os Courenses e a motivá-los para o trabalho que ainda falta desenvolver no combate ao coronavírus SARS-CoV-2; -----
- i)- Que, por outro lado, durante o surto epidemiológico que ainda vivemos, grande parte dos pequenos negócios, bem como das empresas/agentes económicos a laborar no concelho foram obrigados a encerrar os seus estabelecimentos e a suspender a atividade, o que conduziu à não obtenção de receitas que permitissem fazer face às despesas correntes; -----
- j)- Que aos referidos agentes económicos, desde março de 2020, têm igualmente sido impostas pelo Governo diversas limitações de funcionamento, designadamente no tocante aos horários de funcionamento, circunstância que fez/faz cair abruptamente a sua faturação e põe em causa a sustentabilidade económica dos mesmos; -----
- k) Que os agentes económicos do concelho foram também obrigados a adaptar os seus espaços às diretrizes emanadas pelo Governo e pelas Autoridades de Saúde para controlo das cadeias de transmissão do vírus, o que implicou um considerável investimento; -----
- l)- Que, entre outras, as circunstâncias descritas e vividas durante praticamente todo o ano de 2020, colocaram os agentes económicos do concelho numa situação de enorme fragilidade económica; -----
- m) Que no topo das preocupações do Município para a retoma da atividade económica está a necessidade de estimular a economia local, com particular destaque para o comércio de proximidade, como as pequenas lojas, a restauração, as mercearias tradicionais e cafés, de cuja subsistência dependem famílias inteiras, interessando que o apoio que se pretende atribuir às instituições particulares de solidariedade social, ao Centro de Saúde, aos Bombeiros Voluntários e às forças de segurança do concelho se repercuta também no comércio local, designadamente através da entrega àquelas entidades de vales de compras que as mesmas possam distribuir pelos seus colaboradores de modo a dar-lhes poder de compra no comércio local, garantindo, consequentemente, que esse poder de compra circula e chega a toda a comunidade local e que os mesmos veem reconhecido o difícil trabalho que têm desenvolvido no último ano, em condições absolutamente ímpares; -----
- n) Que o referido mecanismo permite, por um lado, apoiar as entidades/organismos beneficiários (na medida em que poderão compensar os seus colaboradores pelo trabalho desenvolvido e motivá-los para as etapas que se seguem no combate à pandemia) e, por outro, promover a atividade económica de interesse municipal (na medida em que os vales de compras atribuídos terão necessariamente de ser gastos no comércio local de Paredes de Coura, promovendo-se o aumento das receitas dos agentes



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

económicos a laborar no concelho, a proximidade entre os consumidores e os referidos agentes económicos e, até mesmo, um maior conhecimento, por parte dos consumidores, dos bens e serviços fornecidos/prestados pelos comerciantes locais); -----

- o) Que existe já implementada uma rede protocolada com o Município para desconto dos vales de compras atribuídos pelo mesmo, a qual está em constante atualização dado que a todo o tempo os agentes económicos (que ainda não o fizeram) podem aderir à mesma, sendo única condição para a adesão o agente económico laborar no concelho de Paredes de Coura; -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal delibere:-----

1. A atribuição às instituições particulares de solidariedade social, ao Centro de Saúde de Paredes de Coura, aos Bombeiros Voluntários e às forças de segurança que desempenham atividade (de modo contínuo e permanente) no concelho de Paredes de Coura 2 vales de compras (cada um no valor de 20 euros) por colaborador (considerando-se como colaboradores: no que respeita às forças de segurança os militares do efetivo do posto territorial da GNR de Paredes de Coura; no que respeita aos Bombeiros Voluntários os funcionários administrativos e os membros do corpo ativo dos Bombeiros Voluntários de Paredes de Coura; no tocante ao Centro de Saúde o pessoal do quadro clínico, os enfermeiros e os auxiliares (incluindo os administrativos) do Centro de Saúde de Paredes de Coura e no que diz respeito às instituições particulares de solidariedade social do concelho as pessoas constantes dos respetivos mapas de pessoal que prestaram apoio aos vulneráveis nos termos definidos no Plano de Operações Municipal para o novo coronavírus) para serem entregues aos mesmos e, posteriormente, por eles descontados na rede protocolada com o Município já implementada para o efeito.-----
2. Que a atribuição dos vales de compras opere nos seguintes termos: -----
 - a) Caso não a possuam, os serviços administrativos do Município devem notificar, pelo meio que se considere mais célere, as entidades beneficiárias para que as mesmas enviem ao Município uma listagem atualizada dos seus colaboradores;-----
 - b) Recebida a referida listagem a mesma será remetida aos serviços de contabilidade para efeitos de cabimentação e compromisso;-----
 - c) Posteriormente, os serviços administrativos remetem os vales (2 por colaborador) às entidades beneficiárias para que as mesmas os entreguem aos seus colaboradores e sejam, por eles, descontados na rede protocolada, seguindo-se o procedimento adotado aquando da atribuição dos vales de compras aos munícipes em situação de vulnerabilidade económica originada ou agravada pelo contexto da Pandemia COVID 19.-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar na íntegra, a proposta supratranscrita.-----

TARIFÁRIO DOS SERVIÇOS RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARA 2021

PONTO 05: Apreciação, discussão e aprovação da proposta de tarifário dos serviços de recolha de resíduos sólidos para 2021-----

Considerando que:-----

- Nos termos do artigo 5.º dos Estatutos da ERSAR, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, são atribuições daquela entidade, designadamente, regulamentar, avaliar e auditar a fixação das tarifas praticadas pelas entidades gestoras dos serviços de águas e resíduos de titularidade municipal; -----
- O artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais) estabelece que as tarifas municipais são sujeitas a parecer da entidade reguladora, neste caso ERSAR, que ateste a conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor;-----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

- Em 14/10/2020 foi enviada à ERSAR a proposta técnica do tarifário para o ano de 2020 tal como aprovado em reunião de Câmara no dia 13/10/2020, com a atualização por aplicação do índice de preços ao consumidor relativo ao ano de 2020 (para vigorar em 2021) para a recolha dos resíduos urbanos; -----

- Em 21/12/2020 foi recebido o parecer da ERSAR para o tarifário de resíduos urbanos (junto Doc. 2) cujas recomendações se sistematizam: -----

- a) o tarifário proposto conduz a um nível de cobertura de gastos insuficiente, devendo a entidade gestora promover a melhoria da cobertura dos gastos, de forma a assegurar a sustentabilidade dos serviços, sem comprometer a acessibilidade económica dos utilizadores. -----
- b) a melhoria da cobertura dos gastos deverá ser obtida através da redução dos níveis de ineficiência no âmbito da exploração do serviço regulado. Desta forma, deverão ser tomadas medidas que reduzam os gastos decorrentes das ineficiências. -----
- c) a melhoria da cobertura dos gastos deverá ocorrer preferencialmente pelo aumento dos tarifários destes serviços, sem comprometer a acessibilidade económica dos utilizadores. -----
- d) A estrutura do tarifário enviada cumpre as disposições do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, no entanto, é apresentada distinção dos vários tipos de utilizadores não domésticos. Esta distinção não deve ser efetuada pela existência de um universo de utilizadores não doméstico. -----
- e) O financiamento do tarifário social aplicável a utilizadores domésticos não será assegurado ou pelo mesmo de uma forma explícita na informação reportada. -----
- f) -A existência do tarifário social para utilizadores não domésticos tem um âmbito divergente do recomendado pela ERSAR, pelo que importa esclarecer que as tarifas podem igualmente ser reduzidas no tocante a instituições particulares de solidariedade social, organização não governamentais sem fim lucrativo ou outras entidades de reconhecida utilidade pública cuja ação social o justifique. -----

De acordo com as recomendações da referida entidade reguladora considera-se que: -----

- 1) o tarifário a aprovar deve permitir a recuperação tendencial dos custos decorrentes da provisão do respetivo serviço prestado. No entanto, como é do conhecimento público, o ano de 2020 representou um agravamento considerável nos custos de fornecimento de água e saneamento após a celebração do Contrato de Parceria Pública com a entidade Águas do Alto Minho. Estes serviços efetuam, também, a cobrança dos resíduos urbanos de acordo com as regras da ERSAR, o que provocou um aumento nos gastos das famílias com este tipo de serviço. Por outro lado, o presente ano representou também um desafio para as famílias e empresas devido à pandemia da Covid-19, que levaram a um agravamento das dificuldades económicas. Desta forma, considera-se fundamental salvaguardar a acessibilidade económica ao serviço por parte dos utilizadores e, por conseguinte, não aumentar os custos do tarifário de Resíduos Urbanos, considerando apenas a atualização pela taxa de variação média anual de Índice Harmonizado de Preços no Consumidor.**
- 2) a melhoria da cobertura dos gastos deverá ser obtida através da redução dos níveis de ineficiência no âmbito da exploração do serviço regulado. Esta ineficiência está a ser corrigida como é enunciado no plano de investimentos definido para o ano de 2021 e mencionado no parecer enviado pela ERSAR nas recomendações a cumprir. A primeira medida consubstancia a renovação do parque de viaturas, através da aquisição de uma nova viatura e, consequente, na compra de contentores de recolha compatíveis com a viatura a adquirir. Esta compra irá permitir os níveis de eficiência, pela redução de gastos em reparações e como resultado de uma redução dos custos com pessoal, dado que a nova viatura irá necessitar apenas de um operador para a recolha dos resíduos.** -----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

- 3) A distinção dos vários tipos de utilizadores não doméstico foi retirada no tarifário a aprovar (anexo 3)-----
- 4) Na informação enviada não foi mencionada o financiamento do tarifário social aplicável aos utilizadores domésticos. No entanto, este financiamento é assegurado pela Câmara Municipal. Atualmente, não existem utilizadores domésticos com tarifa social. No ano de 2021, caso existam utilizadores domésticos com o uso da tarifa social, este financiamento será irrelevante, pois não existe previsão de um aumento significativos neste número de consumidores. Porém, para os utilizadores não domésticos este financiamento existe e para o ano de 2021 é previsível um valor de financiamento no valor de 13 500€. -----
- 5) O tarifário social para utilizadores não domésticos já deverá conter a aplicação mencionada, foi corrigida a descrição no tarifário a aprovar (anexo 3). Como mencionado no ponto 1, o serviço de recolha de resíduos urbanos é cobrado conjuntamente com os serviços de abastecimento de água e águas residuais pela Entidade Águas do Alto Minho que já deverá efetuar tal distinção para cumprimento da recomendação n.º 01/2019 do então IRAR. -----

Assim, propõe-se a aprovação do tarifário (Doc. 3) em anexo, a vigorar a partir das leituras dos consumos de janeiro de 2021 inclusive, que contém a atualização pela taxa de variação média anual do Índice harmonizado de preços no consumidor no ano de 2021 (0,8%). -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o tarifário dos serviços de recolha de resíduos sólidos para 2021, conforme informação técnica supratranscrita, porém, o presidente da Câmara proferiu a seguinte declaração de voto de que o Ministro do Ambiente havia duplicado a taxa de gestão de resíduos urbanos, sem consultar as autarquias, no atual contexto da crise económica gerada pela COVID 19. -----

ISENÇÃO DE TAXAS DE OCUPAÇÃO DE TERRADO DA FEIRA ATÉ FINAL DO ANO DE 2020

PONTO 06: - Apreciação, discussão e votação de abaixo assinado dos feirantes a solicitar a continuidade de isenção de pagamento das taxas de ocupação de terrado na feira municipal, para o ano de 2021, como concedida no segundo semestre de 2020, atendendo ao contexto de crise económica, agravado pela pandemia COVID 19, de forma a reequilibrar as finanças, os postos de trabalho e o futuro dos comerciantes”.-----

Foi deliberado, por unanimidade, atendendo ao contexto de pandemia provocado pela COVID 19, isentar os feirantes que exercem a sua atividade na feira quinzenal de Paredes de Coura, do pagamento de taxas de terrado no primeiro semestre do ano de 2021.-----

CEDÊNCIA DE SALA DO CENTRO CULTURAL DE PAREDES DE COURA

PONTO 07: Ratificação de despacho do senhor presidente da Câmara de autorização de pedido do Cartório Notarial de Paredes de Coura de cedência da Sala de Cinema, no próximo dia 22 de dezembro, das 10h00 às 13h00, para realização de escritura, na qual são intervenientes diretos 20 outorgantes, de forma a assegurar a distância exigida entre os participantes. -----

Foi deliberado, por unanimidade ratificar a autorização do presidente da Câmara de autorização de utilização da Sala de Cinema, no próximo dia 22 de dezembro, das 10h00 às 13h00, a título excecional e gratuito, tendo em conta à circunstância epidemiológica atual associada à COVID19, como medida de proteção civil e de forma a que seja assegurada a distância exigida entre os participantes”. -----

SPORTING CLUBE COURENSE

PONTO 08: Apreciação, discussão e votação de pedido do SCC de apoio para a reabilitação de Balneários e Sistemas de Iluminação do Campo de Jogos do Sporting Clube Courense.-----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

“O Sporting Clube Courense, está a realizar a obra de “Reabilitação de Balneários e Sistemas de Iluminação do Campo de Jogos do Sporting Clube Courense” para a qual foi atribuído pelo Município de Paredes de Coura um subsídio de 49 919,30€.”-----

Esta obra teve aprovação final de candidatura ao Programa de Reabilitação de Instalações Desportivas (PRID 2029), com financiamento de 33 700,00€. -----

O valor total da obra adjudicada é de 150 601,20€, já com IVA incluído.”-----

Considerando o subsídio inicial atribuído pelo Município, prevendo um valor de obra e uma taxa de financiamento que para a situação atual, se revelaram insuficientes, vem por este meio solicitar a V.Exª uma reformulação do protocolo já aprovado de modo a contemplar o reforço do valor, perfazendo um total de 116 901,20€, que permitirá a execução da obra na sua totalidade.-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de apoio financeiro pelo valor € 66 981,90 (sessenta e seis mil novecentos e oitenta e um euros e noventa centimos), ao Sport Clube Courense para realização das obras de reabilitação dos Balneários e Sistemas de Iluminação do Campo de Jogos do Sporting Clube Courense.-----

O subsídio será pago após verificação dos trabalhos efetuados pelo técnico do município.-----

PROTOCOLO COM A ACADEMIA DE MÚSICA

PONTO 09: Apreciação, discussão e votação de protocolo com a Academia de Música de Viana do Castelo – Conservatório Regional do Alto Minho, conforme informação técnica que se transcreve: -----

“Conforme previsto na cláusula terceira do protocolo celebrado, em 2019, com a Academia de Viana do Castelo – Conservatório Regional do Alto Minho para os anos letivos de 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022, 2022/2023 e 2023/2024:-----

“O MPC concede à AMVC-CRAM um subsídio para cabimento das despesas de deslocação do corpo docente para lecionação da Oferta de Oficinas de Iniciação à Música ou do Curso de Iniciação Musical e do Curso Básico de Música e Coro Coura Voce, em funcionamento em Paredes de Coura, valor fixado em 59 326,35 € (cinquenta e nove mil trezentos e vinte e seis euros e trinta e cinco centimos), para o ano letivo 2019/2020. Este valor será revisto anualmente em função das necessidades evidenciadas e do número de alunos inscritos”.-----

Em cumprimento do estipulado na parte final da referida cláusula propomos a atualização do valor para o ano letivo de 2020/2021 nos seguintes termos:-----

Oferta do ensino especializado da música em Paredes de Coura – 35 807,51€;-----

Oferta letiva de Expressão Musical nos jardins de infância – 14 389,34€;-----

Coura Voce – 4 389,98€;-----

Projeto Música para bebés – expressão musical nas creches – 4 288,50€.-----

Totalizando a comparticipação, no ano letivo 2020/2021, o valor de 58 884,33€.-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a comparticipação no valor € 58 884,33 à Academia de Viana do Castelo – Conservatório Regional do Alto Minho para o ano letivo de 2020/2021, conforme previsto na cláusula terceira do protocolo celebrado no ano de 2019-----

DIVISÃO DE URBANISMO E AMBIENTE

REDUÇÃO DE TAXAS DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO

PONTO 10: Apreciação, discussão e votação de requerimento de Dália da Conceição da Silva Oliveira, para redução de pagamento taxas de construção a levar a efeito no lugar de Lamamã, Paredes de Coura.-----

Dália da Conceição da Silva Oliveira, residente na união das freguesias de Paredes de Coura e Resende, na qualidade de titular do processo de obras n.º 42/2020, referente à obra que pretende levar a efeito no lugar de lugar de Lamamã, concelho de Paredes de Coura, vem requerer a V. Exe, e de acordo com a alínea d) do nº 2 do



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Art.º 9 do capítulo II do Regulamento Municipal de Taxas de Urbanização e Edificação, se digne autorizar a redução da taxa devida pela emissão do Alvará de Licença de Construção. -----

Declara não ter beneficiado desta disposição regulamentar, por se tratar da sua primeira habitação.-----

A certidão de património imobiliário está junta ao processo de obras. -----

O técnico superior da DPU deu a informação com o seguinte teor: "O presente pedido enquadra-se na alínea d) do n.º 2 do artigo 9.º do Capítulo II do Regulamento Municipal de Taxas de Urbanização e Edificação – 2010. ----

A requerente declara tratar-se da sua primeira habitação e apresenta certidões comprovativas da AT. -----

Poderá beneficiar de uma redução de 50% das taxas devidas. -----

Considero que o presente pedido poderá ser deferido, mas mediante deliberação fundamentada da Câmara municipal.-----

"Foi deliberado, por unanimidade, de acordo com a informação técnica e com o disposto no n.º 2 do artigo 9º do Capítulo II do Regulamento Municipal de Taxas de Urbanização e Edificação, autorizar a redução das taxas municipais de construção a levar a efeito no lugar de Lamamã, Paredes de Coura, da União das freguesias de Paredes de Coura e Resende, à titular do processo de obras n.º LEDI 24/2020, Dália da Conceição da Silva Oliveira. -----

COURA (RE)NATURAL

Ponto 10: Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura do concurso público de empreitada Coura (re)NATURAL, que a seguir se transcreve: -----

"Informação / Projeto de Execução -----

Considerando:-----

- A abertura do aviso para a apresentação de candidaturas NORTE-14-2020-88 – Património Natural - Infraestrutural, com uma taxa de financiamento de 85%;-----

- Que um dos critérios de elegibilidade é a apresentação de projeto técnico aprovado; -----

- Que é intenção deste Município candidatar o projeto Coura (re)NATURAL. -----

Propõe-se:-----

- A aprovação do Projeto de Execução para a empreitada Coura (re)Natural";-----

- O valor base do procedimento para a execução da empreitada não deverá exceder € 225 019,50 (duzentos e vinte e cinco mil euros dezanove euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA;-----

Para os devidos efeitos, informa-se que:-----

- O procedimento de contratação pública apenas será aberto após a aprovação da candidatura pelo que deverá ser presente uma informação a este Executivo das restantes condições do procedimento ao abrigo do DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação em vigor. -----

Paredes de Coura, 18 de dezembro de 2020".-----

Foi deliberado, por unanimidade nos termos da informação técnica transcrita, aprovar: -----

- o Projeto de Execução para a empreitada Coura (re) Natural";-----

- o valor base do procedimento para a execução da empreitada não deverá exceder € 225 019,50 (duzentos e vinte e cinco mil euros dezanove euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA -----

PROTOCOLO COM A COOPECOURA - PENSA

Ponto 11: Apreciação, discussão e votação da proposta de protocolo com a COOPECOURA - Cooperativa dos Agricultores do Concelho de Paredes de Coura, C.R.L., para aplicação do Programa Nacional de Saúde Animal (PENSA), que se transcreve: -----

"Considerando:-----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

- a) Que Portugal tem vindo a aplicar diferentes programas de erradicação e vigilância de doenças dos animais e ações de controlo para a prevenção das doenças constantes do Programa Nacional de Saúde Animal (PNSA), designadamente em bovinos, ovinos e caprinos, tendo como objetivo a classificação de explorações e áreas indemnes ou oficialmente indemnes das doenças; -----
- b) Que o PNSA é desenvolvido através da realização de um conjunto de ações de caráter profilático e sanitário, análises laboratoriais e abate sanitário dos animais, essencialmente executadas mediante a celebração de acordos de cooperação entre os serviços veterinários oficiais e as organizações de produtores pecuários (OPP);-----
- c) Que a Coopecoura - Cooperativa dos Agricultores do Concelho de Paredes de Coura, C.R.L., NIPC 501 213 660, é a organização de produtores pecuários (OPP), protocolada com a Autoridade Veterinária Nacional, ao abrigo do artigo 12.º da Portaria n.º 178/2007, de 9 de fevereiro, para a execução das ações previstas no Programa Nacional de Saúde Animal (PNSA), para o Concelho de Paredes de Coura, que se consubstancia, designadamente na realização das intervenções sanitárias, nas explorações existentes, previstas no programa sanitário anual, aprovado pela DGAV, de acordo com os programas de erradicação em vigor;-----
- d) Que à Coopecoura - Cooperativa dos Agricultores do Concelho de Paredes de Coura, C.R.L., enquanto OPP, compete, nos termos do disposto no artigo 9.º da Portaria n.º 178/2007, de 09 de fevereiro, designadamente, colaborar com a Administração na execução do PNSA, na vigilância sanitária das explorações e na prevenção e controlo das doenças emergentes dos animais; executar a totalidade das intervenções sanitárias do PNSA previstas, nos efetivos das explorações dos criadores seus associados; comunicar à DGV as irregularidades sanitárias observadas e zelar pela melhoria do estatuto sanitário das explorações e da sua área de intervenção, propondo medidas tendentes à melhoria da classificação sanitária da região; -----
- e) Que a colaboração com a DGV na execução do PNSA envolve, entre outras ações, a colheita de amostras sanguíneas dos animais objeto do programa de sanidade para identificação de eventuais doenças e indicadores epidemiológicos, tais como tuberculose bovina, brucelose bovina e brucelose dos pequenos ruminantes; -----
- f)-Que a execução do PNSA implica um custo que recai, em grande parte, sobre os criadores de ovinos, caprinos e bovinos por cada animal que detém e que está legalmente obrigado a submeter ao referido programa;-----
- g) Que o Município pretende compartilhar o referido custo suportado pelos produtores e criadores locais;
- h) Que a atividade pecuária continua a revestir grande importância para a coesão territorial, dinamização da economia local e sustentabilidade ambiental, contribuindo para a fixação das populações rurais, nomeadamente dos mais jovens;-----
- i)-Que o Município dispõe de atribuições em matéria de saúde e de desenvolvimento local, conforme o disposto, respetivamente, nas alíneas g) e m) do n.º 2 do artigo 23.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----
- j)-Que compete à Câmara Municipal, no âmbito e para prossecução daquelas atribuições, deliberar sobre a concessão de apoios financeiros a entidades e organismos legalmente existentes, bem como apoiar atividades que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças e atividades económicas de interesse municipal, nos termos do disposto, respetivamente, nas alíneas o), u) e ff) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

k) Que uma das linhas programáticas da estratégia de desenvolvimento do concelho de Paredes de Coura consiste na valorização económica dos produtos tradicionais e dos recursos do património natural, cultural e paisagístico;-----

Proponho:-----

Que a Câmara Municipal delibere:-----

1. Celebrar com a Coopecoura - Cooperativa dos Agricultores do Concelho de Paredes de Coura, C.R.L., NIPC 501 213 660 um protocolo visando regular os termos da atribuição à mencionada Cooperativa, enquanto OPP, de uma quantia (até então suportada pelos criadores e produtores pecuários locais) destinada à execução do Programa Sanitário anual, aprovado pela DGAV, de molde a apoiar-se os criadores e produtores pecuários do concelho de Paredes de Coura nos custos inerentes às intervenções de sanidade animal obrigatória e por forma a reduzir-se o seu impacto negativo na rentabilidade das explorações, nos termos definidos na minuta de protocolo anexa como Doc. n.º 1 e que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos.-----

2. Aprovar a minuta de protocolo anexa como Doc. n.º 1.-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar na íntegra a proposta transcrita.-----

SERVIÇO DE AÇÃO SOCIAL

APOIO À NATALIDADE – 4º TRIMESTRE DE 2020

PONTO 12: Apreciação, discussão e votação da proposta de subsídio de apoio à natalidade, nos termos do artigo 4º, do Regulamento de Apoio à Natalidade, à Família e à População Idosa, referente ao 3º trimestre de 2020.-----

“Pelo Serviço de Ação Social foi apresentado o mapa dos requerimentos para apoio à natalidade, nos termos do artigo 4º, do Regulamento de Apoio à Natalidade, à Família e à População Idosa, relativo ao quarto trimestre de 2020, no valor total de € 4 625,00 (quatro mil seiscentos e vinte e cinco euros).

Proc. N.º	REQUERENTE	BENEFICIÁRIO	Valor Atribuído	
26	Catarina Isabel Sousa Lima	Mário Jorge Lima Rodrigues	500,00 €	
27	Nuno Manuel da Silva Lima Dias	Tomé Lavandeira Lima Dias	1 000,00 €	
28	Maria Madalena Rodrigues Pereira	Leonor Pereira Conceição	€	a)
29	Luciano José Pereira de Sousa	Diogo Cerqueira Sousa	625,00 €	b)
30	Marisa Alexandra Rego da Cunha	Joana Alexandra da Cunha Pereira	500,00 €	
31	Carla Sofia Martins de Lima	Marcus Lima Barbosa	500,00 €	
32	Paula Marina da Costa Gonçalves Trigueiro	Valentina Gonçalves Trigueiro	500,00 €	
33	Cátia Daniela Breia Teixeira	Bruna Teixeira Lima	500,00 €	
34	Maria Adelaide Alves Pereira Guimarães	Thomas Guimarães da Cunha	500,00 €	
8 Processos		Total	4 625,00 €	

a) Proc. 28/2020 - Não elegível, por não ter até 4º escalão de Abono de Família, pelo nascimento do 1º ou 2º filho

b) Proc. 29/2020 - Com majoração de 25%, por o pai pertencer ao Corpo de Bombeiros Voluntários de Paredes de Coura

Foi deliberado, por unanimidade aprovar o apoio à natalidade, nos termos do mapa transcrito, relativo ao quarto trimestre de 2020, no valor de € 4 625,00 (quatro mil seiscentos e vinte e cinco euros).-----

APROVAÇÃO DA MINUTA DESTA ATA

No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta.-----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

ENCERRAMENTO

-----E não havendo mais nada a tratar, foi, pelo presidente, encerrada a reunião, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente e pela secretária.-----